



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**ACTA N.º 1/2011**

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRA,  
REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO  
DE 2011: -----**

----- Aos vinte e oito dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e onze, nesta Vila de Mira, na sala de reuniões dos Órgãos da Autarquia, edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Mira, em sessão ordinária, sob a presidência do Exmo. Sr. Prof. Doutor Fernando de Jesus Regateiro, secretariado pelos Exmos. Srs. Eng.º Calisto de Oliveira Coquim, 1.º Secretário e Sara Raquel Fresco, 2º secretária. Estiveram, igualmente, presentes os deputados Exmos. Srs. Prof. Manuel José Sousa Santos Frade, Eng.º. Carlos Manuel Brites Monteiro, Enf.ª Maria Leonor C. Reigota T. Borralho, Dr. Juan António Figueiredo Apolinário, Dr. Paulo Jorge Santos Grego, Dr. José Carlos Baptista Garrucho, Sr. Narciso Patrão António, Dr.ª Maria da Conceição Oliveira, Dr.ª Vera Lúcia de Jesus Manco, Sr. Pedro Nunes, Sr. Carlos Jorge dos Santos Nora, Sr. Ricardo Jorge Mendes da Costa, Dr. José Manuel Fernandes Balugas, Prof.ª. Maria Fernanda da Costa Baptista, Dr.ª Ana Maria Barreto Dias, Sr. João Maria Nogueira, Dr. Vítor Miguel Seabra Lourenço, Sr. António Cardoso Alberto, Sr. Carlos Alberto dos Santos Milheirão e Sr. Gabriel Pinho encontrando-se ausente a Dr.ª Zélia Domingues Morais e o Sr. Albano Manuel da Rocha Lourenço. -----

----- **HORA DE ABERTURA:** Eram quinze horas e vinte e oito minutos quando foi declarada aberta a sessão, tendo sido verificadas as presenças e as ausências anteriormente referidas. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **O Sr. secretário Calisto Coquim**, lembrou os membros presentes de que já estava em vigor o novo Regimento da Assembleia e fez uma pequena resenha dos tempos de intervenção estipulados. -----

----- De seguida interveio o **Sr. deputado Juan António (PSD)** que relativamente ao regimento suscitou uma questão, de ordem legal, dado que o mesmo não tinha sido publicado e daí questionou se o mesmo deveria orientar os trabalhos daquela sessão da Assembleia. -----

----- O **Sr. Secretário Calisto Coquim** disse que poderia ter havido um lapso, quanto à falta da publicação do Regimento. Contudo colocou à consideração da Assembleia a possibilidade de se fazer uso do novo regimento mesmo não se tendo verificado a publicação. A Assembleia seria soberana nessa decisão. -----

----- Interveio o **Sr. deputado Carlos Monteiro (PS)** e disse que no seu entendimento havia uma falha nos tempos de intervenção. -----

----- O **Sr. deputado Calisto Coquim** informou que o regimento tinha sido aprovado e não se colocava em causa o conteúdo do regimento. -----

----- Interveio de novo o Sr. **deputado Carlos Monteiro (PS)** reiterando a sua posição acerca dos tempos de intervenção. -----

----- O **Sr. secretário Calisto Coquim** explicou muito sucintamente a questão levantada anteriormente. Informou que o texto do Regimento tinha sido aprovado pela Assembleia e que eventualmente não seria aplicado no momento, porque não tinha sido publicado como estava previsto. -----

----- No uso da palavra o **Sr. deputado José Garrucho (MAR)** disse que aceitava que o regimento fosse colocado à prova e que se regulassem por ele naquela sessão. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Assim foi colocado à aprovação da Assembleia, o uso do novo regimento naquela sessão.

O **ponto foi aprovado por maioria** com duas abstenções do Sr. deputado Carlos Monteiro e do Sr. deputado Gabriel Pinho. -----

----- Dando continuidade ao período de informação à Assembleia o **Sr. deputado Calisto Coquim** leu um comunicado/manifesto da FENPROF dirigido ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal. -----

----- O **Sr. deputado Carlos Monteiro (PS)** interveio e disse que a subscrição do manifesto da FENPROF deveria fazer parte de um ponto de discussão e aprovação da Assembleia e não servir só como informação. -----

----- Interveio o **Sr. deputado José Garrucho (MAR)** afirmou que iria votar favoravelmente o manifesto, mas concordava com o Sr. deputado Carlos Monteiro referindo que o assunto carecia de um debate. -----

----- Seguiu-se a intervenção do **Sr. deputado José Frade (PSD)**, tendo afirmado que aquele era um documento de tomada de conhecimento e que na sua perspectiva o grupo tomava conhecimento e que posteriormente daria resposta. -----

----- Interveio o **Sr. Secretário da Mesa** e afirmou que a proposta não ia ser colocada à votação da Assembleia mas, que ficaria lavrado em acta que a Assembleia tinha tomado conhecimento do manifesto. Informou ainda que o documento iria ficar arquivado em anexo à acta daquela sessão. -----

----- No uso da palavra o **Sr. deputado Juan António(PSD)**, saudou os novos deputado, Sr.<sup>a</sup> Fernanda Baptista e Sr. Carlos Nora. Colocou ainda à consideração da Assembleia um voto de pesar pelo falecimento do familiar da Sr.<sup>a</sup> deputada Zélia Morais. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O Sr. Secretário Calisto Coquim pediu que todos se associassem ao voto de pesar e que ficasse expresso que toda a Assembleia subscrevia o voto de pesar. -----

----- **APROVAÇÃO DA ACTA:** -----

----- O Sr. Secretário da Mesa da Assembleia Municipal prosseguiu os trabalhos, colocando à aprovação do plenário, a acta da sessão ordinária de 24 de Setembro de 2010. -----

----- O Sr. deputado Victor Miguel Seabra Lourenço (PSD) referiu que não tinha estado presente na Assembleia de 24 de Setembro de 2010 e constava nas presenças. -----

----- Seguiu-se o Sr. deputado Juan António (PSD) que referiu que o seu nome não era “Juan António Oliveira Apolinário” mas sim, “Juan António Figueiredo Apolinário”. -----

----- Não havendo mais alterações, a acta foi colocada à aprovação, tendo sido **aprovada por maioria** com três abstenções. Duas dos dois Srs. deputados do PS por ainda não terem tomado posse e outra do Sr. deputado Victor Lourenço por não ter estado presente. -----

----- Seguiram os trabalhos, sendo colocada à aprovação do plenário, a acta da sessão ordinária de 20 de Dezembro de 2010. -----

----- Interveio o Sr. deputado Gabriel Pinho(PSD), que mostrou o seu desagrado pelo facto de não constar em acta as alterações que o mesmo tinha referido em anterior Assembleia. Assim passou a ler o seguinte texto que se transcreve na íntegra:-----

----- “*Não concordo com as não alterações à acta de 20 de Dezembro, referente à acta de Julho, onde foi aprovada com as alterações onde eu referia que "não constava a resposta que Sr. Presidente da Câmara lhe teria dado afirmando que a verdadeira resposta tinha sido a seguinte: vocês são uns oportunistas, viram o livro do Seixo e toca a fazer um livro à pressa pois até fui eu que escrevi o prefácio" aqui os serviços dizem que não consta na gravação.* -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- De seguida quando eu dou a seguinte resposta " a obra do Seixo realmente é uma grande obra, pois já li parte, agora há uma coisa que não lhe podemos dar, que é escrever o prefácio, pois delegamos no autor. O ser oportunista e escrever o livro é pena não corresponder à verdade, pois este livro já anda a ser preparado há cerca de 2 anos" os serviços também, dizem que depois de ouvida outra vez a gravação não se confirmava o exposto por mim. -----

----- Informo esta assembleia que não fui chamado para ouvir as gravações. Por outro lado todos os elementos desta assembleia de boa memória se recordam que estas palavras foram proferidas por mim e pelo Sr. Presidente. Além de as ter ainda na memória, também as tenho escritas, mas a acta tinha que ter estas menos verdades, pois foi uma acta polémica desde o início, pois eu pedi por duas vezes, por escrito, ao Sr. Presidente da Assembleia a cópia da mesma e ela nunca me foi dada. Mais tenho a lembrar que o problema de tudo isto é as actas andarem tantos meses atrasadas, mas se calhar tem interesse. Por isso tanto na acta de 20/12/2010 como a acta de 24/06/2010 voto contra pelas mesmas não corresponderem à verdade. Gabriel Miranda Pinho, 28/02/2011". -----

----- No sentido de clarificar e esclarecer o Sr. deputado Gabriel Pinho (PSD), os Serviços de Apoio aos Órgãos Municipais ouviram novamente a gravação da Assembleia Municipal do dia 30/06/2010 identificada no gravador por "cama104.dss" passando a transcrever "ipsis verbis" a resposta do Sr. Presidente da Câmara ao Sr. deputado Gabriel Pinho no minuto 02:46:25.-----

----- "O Sr. Gabriel Pinho acaba por dizer que é bem tratado por todos os vereadores, pelo Vice-Presidente da Câmara. Se não chegou, é porque deve estar para seguir a questão do livro, porque eu próprio estive na resposta. O que se passou com o livro foi que o Seixo de Mira lançou um livro sobre os 25 anos da Freguesia, lançou e começou a projectar com um ano de antecedência, está aqui o Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Seixo que pode testemunhar



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*isso com mais de um ano de antecedência, se calhar. Foi tudo acautelado, relativamente a verbas e a Câmara esteve presente, eu próprio fiz o prefácio. Foi uma coisa bem elaborada ao longo dos tempos. Nunca a Freguesia dos Carapelhos pediu qualquer situação relativamente a isto. Só depois mesmo de ter saído o livro do Seixo, à última da hora, aparece um ofício da Junta de Freguesia dos Carapelhos, a que eu respondi, então está por aí, porque eu recordo-me de o ter ditado, em que eu respondi “me congratulava pela iniciativa da Junta de Freguesia dos Carapelhos, mas que se esperasse melhor oportunidade orçamental”, pelas razões que são apontadas. É que a Junta de Freguesia do Seixo de facto planeou as coisas com tempo e nós acautelámos as coisas com tempo, e só depois da inauguração e lançamento do livro do Seixo é que aparece o ofício dos Carapelhos. Foi assim que as coisas se passaram. E a questões que estamos aqui a falar já falei há pouco, eu frisei e respondo: dificuldades, são as dificuldades que estão aqui em causa. O problema é que não conseguimos disponibilizar neste momento dezenas e dezenas de milhares de euros para os Carapelhos, porque não temos, não temos em tesouraria. As dificuldades estão aí, estão-nos a cortar todos os dias. Queremos cumprir, mas neste momento temos que entender os “ventos maus” dos tempos.” -----*

----- Seguiu-se o **Sr. deputado José Frade (PSD)**, considerando que por vezes uma descrição muito pormenorizada nas actas podia levar a alguns confrontos, razão pela qual entendia que todos se deviam habituar ao conteúdo prático que as actas deviam ter, às suas deliberações e conteúdo reduzido ao essencial das intervenções. -----

----- O **Sr. Secretário Calisto Coquim** interveio e concordou com a intervenção do Sr. deputado José Frade. Assegurou que as próximas actas iriam ser mais resumidas. Ainda relativamente ao direito dos Srs. deputados no acesso à informação, informou que todos têm direito a essa informação e que os serviços nunca iriam negar o acesso. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- De seguida o **Sr. deputado Paulo Grego (PS)** interveio e considerou que as actas eram demasiadamente longas, e que tal como o Sr. 1º Secretário da Assembleia Municipal tinha referido era muito mais importante a minuta da acta, ficando registado só as decisões e as intervenções e não tanto o conteúdo. -----

----- Seguiu-se a intervenção do **Sr. Gabriel Pinho (PSD)** que afirmou que tudo o que tinha proferido era a verdade e que queria a verdade reposta. -----

----- O **Sr. deputado José Balugas (MAR)**, questionou por quanto tempo eram guardadas as cassetes das Assembleias Municipais em arquivo. Relativamente às actas das Assembleias Municipais disse que as mesmas deviam ser um resumo daquilo que se passa numa reunião, nunca uma transcrição “fidel”. Considerou ainda ter que haver algum registo de fidelidade àquilo que foi dito, porque uma acta demasiadamente resumida poderia estar a omitir coisas ditas. -----

----- Não se verificaram mais intervenções, a acta foi colocada à votação do plenário, tendo a mesma **sido aprovada por maioria**, com duas abstenções do Sr. Carlos Monteiro e Juan Apolinário e um voto contra do Sr. deputado Gabriel Pinho. -----

----- **DECLARAÇÃO DE VOTO:** -----

----- O Sr. Gabriel Pinho referiu já ter lido a sua declaração de voto. -----

----- O **Sr. deputado Juan António** e o **Sr. deputado Carlos Monteiro** comungaram a mesma declaração de voto, dado não terem estado presentes na Assembleia Municipal. -----

----- **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”:** -----

----- Já presente na sessão, deu início aos trabalhos do referido período o Presidente da Assembleia Municipal, o Sr. Prof. Doutor Fernando Regateiro. -----

----- Usou da palavra o **Sr. José Garrucho (MAR)**, o qual abordou sobre a questão da formulação da ordem de trabalhos da Assembleia Municipal. Indagou sobre qual era a



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

regulamentação que determinava o modo como era estabelecida a ordem de trabalhos. Referiu-se ainda à hora do início das reuniões, pedindo mais pontualidade. -----

----- Questionou o Executivo se já tinha sido apurado o valor final das Festas de S. Tomé 2010.

----- Aludiu ainda às obras de saneamento no Sul do Concelho, questionou se havia prazos para o “*terminus*” das mesmas. -----

----- Quis saber quais os pontos de recolha de resíduos metálicos que continuavam a ser espalhados pelo Concelho, pois a população continuava sem ter um sítio próprio para depositar o lixo. -----

----- Por último, disse que tinha a informação que na limpeza da piscina tinha sido utilizado um produto corrosivo, que tal tinha provocado alergias a alguns utilizadores. Se era verdade, questionou quais os procedimentos e medidas tomadas naquelas situações. -----

----- Seguidamente no uso da palavra o **Sr. deputado Juan António (PSD)**, questionou o Executivo, sobre quando iria haver intervenção no Miroásis, pois existiam alguns arruamentos que careciam de arranjos. Perguntou ainda quando haveria obras na piscina do Miroásis. -----

----- Congratulou-se com as obras que decorriam no Clube Náutico e interpelou quanto a uma intervenção na Barrinha, de forma a dotar o espaço com alguma utilidade nos desportos náuticos. -----

----- Relativamente aos bungalows do parque de campismo da Praia de Mira, perguntou se funcionariam em pleno já no próximo Verão. Disse ainda que a envolvente ao Lago do Mar carecia de um arranjo. -----

----- Por último, chamou a atenção para as zonas industriais e disse que era importante que houvesse melhor apresentação e com painéis de sinalização, dando algum rigor e credibilidade às referidas zonas. -----





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Autorizado a intervir usou da palavra o **Sr. deputado Carlos Nora (PS)**, e perguntou porque razão as obras de saneamento em Carromeu estavam paradas.-----

----- No sentido de responder às questões levantadas pelos Sr. deputados, usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara**, disse que a Câmara Municipal se associava ao voto de pesar pelo falecimento do familiar da Sr. deputada Zélia Moraes. -----

----- Prosseguiu e disse que lamentava como o Presidente da Câmara e o Executivo haviam sido tratados até aquela altura na Assembleia. Reportou-se principalmente à intervenção do Sr. deputado Gabriel Pinho, quando intempestivamente interrompeu a Assembleia e disse coisas inoportunas e inconvenientes para com a pessoa do Sr. Presidente da Câmara e Executivo. -----

----- Lamentou o facto de se tentar diminuir o trabalho realizado pelos funcionários na elaboração das actas. -----

----- Reportando-se à intervenção do Sr. deputado José Garrucho acerca da denominação dos pontos da agenda de trabalhos da Assembleia Municipal “discussão” e “aprovação”, disse que também ele já tinha colocado a questão aos serviços jurídicos, mas que era a terminologia que constava da Lei das Competências das Autarquias. -----

----- Quanto ao investimento da Câmara Municipal na festa do S. Tomé 2010 informou que o valor tinha rondado cerca de 89.000,00€. -----

----- De seguida, reportando-se às questões levantadas pelo Sr. deputado Juan António, disse que apesar das dificuldades o Executivo tinha iniciado e colocado obras no terreno. -----

----- Autorizado a intervir, usou da palavra o **Sr. Vereador Miguel Grego**, e em resposta ao Sr. deputado do MAR disse que iam continuar a ter resíduos valorizáveis, a Câmara ia ter uma reunião com a SUMA no sentido da referida entidade ajudar a certificar o centro de transferência de resíduos. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Relativamente à higienização da piscina, explicou que só tinha afectado um utente e que tinha sido imediatamente disponibilizado ao mesmo o “*proform*”, e o “*modus*” de procedimento de limpeza. O produto tinha sido o mesmo de sempre. Explicou ainda que o que tinha sido higienizado tinha sido um balneário que não estava a ser utilizado pelos utentes naquela hora. Informou ainda que o que tinha sido usado não era um ácido corrosivo, mas sim um desincrustante que tinha afectado a zona ocular do utente. -----

----- Quanto ao Clube Náutico informou que as obras estavam a desenrolar-se. Na Barrinha iam ser realizadas duas acções distintas, uma acção do POLIS de limpeza das margens e uma outra acção do POLIS, de desassoreamento e limpeza do leito. Estava ainda a ser feito o estudo de incidências ambientais, no âmbito do estudo de navegabilidade da ria. -----

----- Reportou-se de seguida à melhor apresentação das Zonas Industriais, explicou que não o tinham feito ainda, somente porque estavam obras a decorrer e pretendiam colocar a nova imagem depois do “*terminus*” das obras. -----

----- Relativamente aos bungalows, informou que já teria sido adjudicada a última fase da empreitada, que era a lavandaria comunitária. -----

----- Ainda, no que tocava ao Lago do Mar era também uma obra do POLIS e à “*posteriori*” dever-se-ia colocar tapete betuminoso, não se podendo colocar antes porque iria levar uma faixa de passeio lateral e não se podia fazer a inversão dos trabalhos. -----

----- Usou da palavra o **Sr. deputado José Balugas (MAR)**, louvou a atitude da Câmara de em tempos tão difíceis apresentar algumas obras no terreno, nomeadamente no Clube Náutico. Disse ainda que a obra que estava a ser realizada na avenida, lhe parecia que não iria resultar, sendo prova disso, a areia que estava a acumular-se na mesma. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- De seguida, usou da palavra o **Sr. deputado Vitor Lourenço (PSD)**, esclareceu que intervinha em representação dos pais dos alunos do 3º e 4º ano da escola EB1 do Seixo. Quis deixar uma nota de agradecimento à Câmara Municipal de Mira, na pessoa do Sr. Vereador Miguel Grego, por todo o esforço efectuado no sentido de ajudar a alcançar o objectivo de que a actual professora permanecesse na escola até ao final do ano lectivo, dado que os alunos até à “3ª Classe” já tinham tido 8 professores. -----

----- Autorizado a intervir o **Sr. deputado Paulo Grego (PS)**, questionou sobre a forma como a Câmara Municipal aproveitou as candidaturas da ADELO aos programas LEADER e PROMAR, e se apresentou candidaturas, em que fase se encontravam. -----

----- Reportando à intervenção do Sr. deputado José Balugas, o Sr. deputado Paulo Grego, explicou que a obra que estava a ser realizada no passadiço em cima das dunas, estava exactamente a ir ao encontro do que era pretendido, a retenção de areias. -----

----- No sentido de responder às questões colocadas pelos Sr. deputados, usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara**. -----

----- Relativamente à intervenção do Sr. deputado Victor Lourenço, disse ter apreciado bastante a sua intervenção e a sua boa forma de “fazer política”. Apreciou igualmente também a intervenção e forma de actuar do Sr. deputado José Balugas. -----

----- Autorizado a intervir usou da palavra o **Sr. Vereador Miguel Grego**, para dar resposta à questão levantada pelo Sr. deputado Paulo Grego. Relativamente ao LEADER, PROMAR, PRODER, disse que no grupo de acção local do LEADER houve 11 candidaturas, 3 da Autarquia, 1 da Junta da Freguesia do Seixo, 3 de Colectividades e 4 de Privados. No momento estavam a ser pedidos esclarecimentos aos vários promotores, e brevemente iam haver boas novidades, certamente. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- No respeitante ao PROMAR, o envolvimento não tinha sido tão grande, tinha havido 4 candidaturas. Duas das candidaturas da Câmara Municipal de Mira, 1 da Unidade Paroquial e Social da Praia de Mira (UPAS) e outra da Banda Filarmónica Ressurreição de Mira.-----

----- Informou também que quanto às candidaturas do PROMAR, as da Autarquia não estavam a ser avaliadas pelo ADELO, tinham sido remetidas para serem avaliadas pela Direcção Regional das Pescas e Agricultura, sendo que ainda estavam um pouco atrasadas. -----

----- Seguiu-se o **Sr. deputado José Garrucho (MAR)** que começou por agradecer as palavras dirigidas pelo Executivo. Voltou a questionar o Executivo relativamente ao saneamento no sul do Concelho. Disse ainda que as questões do lixo e as questões do ambiente eram questões de grande importância e que estariam inteiramente disponíveis para atitudes concertadas com o Executivo, para poderem manter o Concelho capaz de receber com a limpeza e um ambiente cuidado. -----

----- Por último lançou à mesa, o desafio para a realização de Assembleias temáticas, nomeadamente na tocante do turismo e ainda lançou o desafio ao Executivo para a promoção de Jornadas sobre o turismo. -----

----- Usou da palavra o **Sr. deputado Gabriel Pinho (PSD)** que começou por questionar o Executivo para quando o pagamento do Protocolo, realizado no ano transacto, das transferências para a Junta de Freguesia. Informou ainda que conforme o mapa enviado pela Junta de Freguesia dos Carapelhos o trabalho estava feito. -----

----- Questionou ainda, e reportando-se à Assembleia Municipal de Fevereiro de 2009, disse ter questionado ao Sr. Presidente da Câmara de *“Na Assembleia de Fevereiro de 2009 perguntei ao Sr. Presidente como era possível andar-se a construir uma casa na rua Padre Manuel Domingues na Praia de Mira e que já tinha na altura a parede da frente e o portão e uma*



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*janela, e tinha sido informado por alguém da Praia que o dono lhe tinha dito que o fiscal da Câmara lhe disse o seguinte: levanta a obra na semana do carnaval, onde não há tanta fiscalização, depois pagas uma multa de 500€ que é mais fácil do que tirar licença. No fim desta explanação o Sr. Presidente da Câmara respondeu-me que iria averiguar e na próxima assembleia daria a resposta. Insisti na assembleia seguinte que foi em Julho e o Sr. Presidente disse-me que ainda não tinha resposta. Pergunto-lhe se agora passados 2 anos se já tem resposta para me dar, ou será mais uma que está na lista para ser demolida. Segundo se consta são bastantes. Pergunto para quando tapar os buracos maiores das estradas da Freguesia de Carapelhos: na Rua do Comércio encontra-se um de frente ao minimercado Bento há mais de 2 meses para não falar do buraco que teve aberto no princípio da rua Dr. Francisco Sá Carneiro ao ponto de se rebentar pelo menos 4 pneus. O do camião sei que tem aqui queixa na câmara Municipal, mais informo que foi apenas colocar a massa em cima da água, estando quase igual como estava. 28/02/2011 Gabriel Miranda Pinho ”-----*

*----- Por último dirigiu-se ao Sr. Presidente da Câmara, proferindo as seguintes palavras: “Deixe-se de se fazer de vítima e assumo aquilo que disse nesta Assembleia. Ninguém o persegue politicamente, a minha política sempre foi e há-de ser o bem-estar da população da Junta de Freguesia dos Carapelhos.” -----*

*----- Seguiu-se a **Sr.ª deputada Fernanda Baptista (PS)** que usou da palavra para questionar o Sr. Presidente da Câmara se o estacionamento junto ao 2º ciclo de Mira era camarário e que se assim fosse, solicitou que fosse melhorado. -----*

*----- Seguiu-se a intervenção do **Sr. Presidente da Câmara** para dar resposta às questões dos Srs. deputados. -----*



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Relativamente às questões do saneamento levantadas pelo Sr. deputado José Garrucho disse concordar com o proferido pelo mesmo, que necessitam de soluções. Disse concordar também com as Assembleias temáticas e as jornadas ligadas ao turismo. -----

----- Em resposta à intervenção do Sr. deputado Gabriel Pinho, disse que por vezes, como as questões eram colocadas pelo mesmo, até parecia que havia dívidas para com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia dos Carapelhos. Informou ainda que o Centro Dia dos Carapelhos e do Seixo se devia também ao trabalho de muita gente da sua Freguesia e que ele se esquecia muito de referir. Devia-se nomeadamente a uma direcção daquela associação que trabalhou durante 15 anos com a Câmara Municipal no sentido de conseguir aquilo que tinha sido construído. Devia-se ao Governo do País que aprovou uma obra daquela envergadura para a Freguesia dos Carapelhos e o Sr. deputado simplesmente a resumia a *“paguem-me os 100.000,00€, que me devem”*. Informou que ninguém lhe devia nada, os 100.000,00€, tinham sido prometidos dentro de uma lógica de apoio às questões sociais. Disse que os 100.000,00€ foi o valor com que tiveram de se comprometer com a Freguesia dos Carapelhos e do Seixo para que a candidatura fosse aprovada, porque senão as obras não vinham para estas duas Freguesias. -----

----- Quanto aos buracos que o Sr. deputado Gabriel disse existirem na Freguesia dos Carapelhos, explicou que eram consequência do tempo que se vinha fazendo sentir e que o mesmo se verificava também noutras zonas do Concelho. -----

----- Referiu-se à questão levantada pela Sr.<sup>a</sup> deputada Fernanda Batista informou-a que o terreno em causa pertencia ao Município e que partilhava da sua opinião, disse que o mesmo necessitava de arranjo e melhoramento. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Aludindo novamente à intervenção do Sr. deputado Gabriel Pinho, relativamente à grave questão que o Sr. deputado tinha levantado sobre um fiscal, solicitou informação aos serviços se tinham conhecimento do que se passava.-----

----- Posto isto, questionou a Sr.<sup>a</sup> Eng.<sup>a</sup> Paula Oliveira, chefe de divisão, se tinha alguma informação adicional acerca do assunto. Até porque a questão do Sr. deputado era uma acusação grave relativamente ao que tinha dito acerca da fiscalização.-----

----- Autorizada a intervir a Sr.<sup>a</sup> Eng.<sup>a</sup> Paula Oliveira, chefe de divisão, disse que não tinha qualquer conhecimento acerca da questão levantada e que só com o nome da rua não poderia adiantar nenhuma informação.-----

----- O **Sr. Vereador Manuel Martins** reforçou e esclareceu que o pagamento da coima não iria legalizar nada, sendo esta só a “punição” pela infracção.-----

----- O **Sr. Vereador Saúl Rico** usou da palavra para prestar alguns esclarecimentos acerca do saneamento, informou que o saneamento em Carromeu não estava parado, tinham ocorrido problemas de aluimento de terras e no momento andavam na zona do Areeiro (entre Carromeu de Baixo e Casal de S.Tomé). Informou ainda que não tinha havido paragem e que dentro de um mês, o saneamento do Cabeço e Seixo de Mira iria ser colocado a concurso, assim como o resto de Portomar.-----

----- Deixou ainda a informação que já estava feita a ligação na Presa, Matadouro, Casal Sobreiro e a zona dos Quitérios.-----

----- Quanto ao Parque de Campismo Municipal, informou que iria ser lançado concurso para a zona de apoio às caldeiras e lavandaria. Por último deixou a informação de que os bungalows por dentro estavam prontos.-----

----- O Sr. deputado Gabriel Pinho abandonou a sala eram 17h 06m.-----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Interveio o **Sr. deputado José Frade (PSD)** e leu a seguinte declaração política: -----

----- “*Senhor Presidente da Assembleia Municipal*-----

----- *Senhoras e Senhores Deputados* -----

----- *Em primeiro lugar o Grupo Municipal do Partido Social Democrata quer registar a sua congratulação e apreço político pela vitória do Professor Cavaco Silva bem como deixar uma especial saudação a todos os Mirenses que de forma democrática, cívica e com uma expressiva maioria souberam distinguir quem era preciso eleger para continuar a ser o garante do bom funcionamento das instituições e o grande estadista que a nossa situação política e económico-financeira exigem.*-----

----- *Contudo, também não deixamos de registar, alguns procedimentos ocorridos, demonstrativos claramente de falta de urbanidade, pluralidade democrática e ética política bem como alguma promiscuidade entre o dever e serviço público e o sectarismo partidário.*

*Senhor Presidente da Assembleia Municipal* -----

----- *Senhoras e Senhores Deputados* -----

----- *Julgamos que a Assembleia Municipal, além de ser o órgão fiscalizador da actividade da Câmara e que aprova os documentos fundamentais, deve ser uma espécie de um catalisador de ideias relacionadas com o desenvolvimento do concelho e um local onde podemos e devemos reflectir sobre as várias questões da governação local e nacional.* -----

----- *E nessa perspectiva, importa que se exija mais acção política e menos tecnocracia.*-----

----- *Mais maturidade política, porque a política também alimenta expectativas.* -----

----- *E no confronto político devemos ser fortes, mas com elevação.* -----

----- *Exigência e rigor é o que se pede hoje e cada vez mais no exercício da actividade autárquica.*-----





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- *Exigência para novos investimentos, mas exigência também na administração.* -----

----- *Na forma de lidar com a burocracia, facilitando o acesso dos cidadãos aos serviços de modo a resolver melhor os seus problemas.* -----

----- *A par da exigência e do rigor, surge também a criatividade e a inovação.*-----

----- *Daí a urgência de se procurarem novas soluções a cada dia que passa.* -----

----- *Daí a necessidade da criação de novas oportunidades efectivas, geradoras de riqueza, capazes de proporcionar emprego aos cidadãos*----- .

---- *Nunca como agora foi tão urgente pensar novas formas de ocupar as pessoas e terem os seus rendimentos.* -----

---- *É preciso olhar cada vez mais para as novas Tecnologias e para o empreendedorismo efectivo, dedicar-se cada vez mais atenção á “educação criativa”, já que vamos ter modernos Centros Escolares onde os alunos podem dispor de recursos tecnológicos e desenvolver ideias e talentos fora do programa curricular.*-----

*As “indústrias criativas” trazem mais conhecimento, mais emprego.*-----

----- *É preciso igualmente olhar para o terceiro sector, - que é o da área social e incrementar novos projectos para problemas sociais emergentes, criar condições de efectivo emprego, melhorando simultaneamente a vida das pessoas.* -----

----- *O turismo também é outra área privilegiada como todos sabemos e, não é surpresa dizer que o turismo é a área vital, a mais promissora no nosso concelho.* -----

----- *É preciso estimular potenciais investidores para a construção de novas unidades hoteleiras ou investimentos atractivos e diversificados adequados às nossas óptimas naturais condições ambientais e morfológicas.* -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*É certo que às Câmaras se pede cada vez mais que ajudem a fazer, que abram portas, simplifiquem burocracias e agilizem processos. -----*

*----- E não basta criar Gabinetes de Apoio ao Investimento e outros. -----*

*----- É preciso criar uma rede de agentes de desenvolvimento que vão ao terreno, junto de potenciais agentes empreendedores para estimular e junto dos centros de decisão para facilitar o acesso aos mais variados instrumentos financeiros que se colocam à disposição. Este é um tempo de retórica, mas também de acção concreta, porque há mais vida para além dos números. Temos de introduzir na política, cada vez mais o espírito de missão, de sacrifício. O concelho, nunca precisou, como agora, de tão grandes esforços e dedicação. Lá fora, as pessoas pedem e reclamam soluções.-----*

*----- O tempo é de compromissos e soluções adequadas. -----*

*----- Nunca fez tanto sentido reivindicar descrições positivas. -----*

*----- Nunca fez tanto sentido sermos exigentes e duros para com quem nos governa e tem o poder central de decisão. Agora já não basta ser-se bom no que faz, tem que se ver se o que fazemos é suficiente para dar um novo impulso à nossa terra. Nas câmaras municipais a matriz social tem de acentuar-se cada vez mais e o supérfluo tem de dar cada vez mais espaço ao essencial. Mas se se vier para aqui dourar a pílula, dizer que está tudo bem, só nos estamos a enganar uns aos outros. Senhor Presidente-----*

*----- Senhoras e Senhores Deputados -----*

*----- O grupo Municipal do Partido Social Democrata ao longo deste mandato tem vindo, sistematicamente, a chamar a atenção para as matérias sobre as quais entendeu e continua a atender não serem as mais adequadas, entre as quais relembramos: -----*



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- - Enumeração de múltiplas questões que respeitante ao nosso concelho se foram constatando, reunião a reunião, como ou não resolvidas ou totalmente ignoradas pelo poder executivo; -----

----- - Contestação, e assim procederemos sempre, relativamente às questões colocadas ao executivo que não tiveram as devidas explicações, respostas atempadas ou mesmo ausência de qualquer resposta; -----

----- - Alerta para as decisões e opções menos correctas tomadas no sentido do constante endividamento, aliás reconhecido pelo próprio Presidente, nos seus relatórios; -----

----- - Denúncia da “falta de uma estratégia e ausência total de ideias” no sentido de um desenvolvimento a curto prazo para todo o concelho; -----

----- - Alerta sobre o teor das decisões políticas e de investimentos ao nível das freguesias....  
Aonde chegámos.... -----

----- Um concelho destruído na sua rede rodoviária....-----

----- Um concelho, no início do ano, quase no limite do seu endividamento líquido e de longo prazo... -----

----- Um concelho em profundo descrédito face ao pagamento dos compromissos assumidos....  
Um concelho onde a actividade imobiliária é praticamente nula.... -----

----- Um concelho de arranques e recuos na concretização e continuidade das obras em execução... -----

----- Um concelho onde o sector privado não tem confiança para investir... -----

----- entre tantas outras concretas constatações que se podem enumerar. -----

----- Senhor Presidente-----

----- Senhoras e Senhores Deputados do Partido Socialista -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- *Reafirmamos, uma vez mais, que este poder absoluto socialista continua a conduzir o nosso concelho a uma situação tal que, a curto prazo, estará em causa a sua solvência e no médio prazo a sua total paralisação...* -----

----- *MAS NÓS MANTER-NOS-EMOS FIRMES E DETERMINADOS.....EXIGENTES.* -----

----- *Senhor Presidente*-----

----- *Com base nos considerandos que enumerei e nos pressupostos que descrevi entendemos ser urgente e necessário a convocação de uma assembleia municipal extraordinária no sentido de procedermos a um debate sobre o estado do concelho nas mais variadas vertentes, debate esse que, à priori, da nossa parte entendemos, não dever ser motivado por técnicas ou táticas políticas mas sim realizado com toda a informação, abertura e sensatez necessária para bem de MIRA.* -----

----- *Como Deputados Municipais é um direito.... por parte do Executivo é um dever.* -----

----- *Disse.* -----

----- *José Frade* -----

----- *28 de Fevereiro de 2011* ----- “

----- No uso da palavra o **Sr. deputado João Nogueira (PS)** disse ter visto com muito agrado no Jornal Gandarez que o Sr. Presidente da Câmara se tinha encontrado com a Sr.<sup>a</sup>. Ministra do Ambiente e com um representante da ARH do Centro para abordar o assunto da Barrinha, tratando-se da remoção de ervas, lodos e diversos trabalhos com vista a melhorar as condições de navegabilidade. Mostrou-se optimista no sentido que desta vez fosse alcançada a tão desejada limpeza. -----

----- Seguiu-se a intervenção da Sr. **deputada Vera Manco (PS)** que aludiu à Praia de Mira e às obras que estavam a decorrer na avenida marginal e perguntou qual era o ponto de situação.



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Também, e dado a aproximação da época balnear, perguntou se as obras não iriam prejudicar a atribuição da Bandeira Azul. Ainda e dado ser o vigésimo quinto aniversário da Bandeira Azul na Praia de Mira, questionou se estavam a preparar algum tipo de comemorações.-----

----- Interveio o **Sr. deputado Calisto Coquim (PS)** e nessa qualidade falou acerca do Centro de Partilha do Seixo. Disse que tinham conseguido o alargamento do atendimento médico no Seixo, havendo assim necessidade de alargamento do espaço, e que para atingir aquele objectivo havia a necessidade de mudar de instalações. -----

----- Estava previsto que a Junta de Freguesia e os seus serviços fossem mudadas para a escola velha. O Centro de Partilha desenvolvia um excelente trabalho para o Concelho, mas vivia do esforço de um grupo de colaboradores de pessoas do Seixo, que iriam ficar sem possibilidade de dar o seu contributo à sociedade. Apelou ao espírito de colaboração no sentido de se arranjar condições para desenvolver o trabalho.-----

----- Terminadas as intervenções das bancadas, a palavra foi dada ao Executivo para responder às questões apresentadas. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** começou por dizer que repudiava a forma como o Sr. deputado José Frade tinha feito a sua intervenção com um artigo que trazia escrito. Disse ao Sr. deputado que iria sempre dizer o que pensava, da forma mais correcta que lhe fosse possível. Questionou ainda, a Assembleia e o Sr. Presidente da Assembleia, onde, em que momento, ele tinha sido incorrecto e ultrapassado as medidas do debate na Assembleia. -----

----- Disse não se rever em falsas palavras, em tentativas de o aconselharem politicamente, indo mesmo ao ponto da sua própria conduta moral, afirmou que sempre reagirá. -----

----- Neste momento, eram cerca de 17:20h, o Sr. deputado Pedro Nunes interrompeu o Sr. Presidente da Câmara e abandonou a Assembleia Municipal -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Prosseguindo, o Sr. Presidente aludiu à intervenção do Sr. deputado João Nogueira relativamente à Barrinha, disse que a mesma era uma grande preocupação da Câmara Municipal. Informou que o que tinha ficado combinado na reunião com a Sr.<sup>a</sup>. Ministra do Ambiente, era fazer uma intervenção em acordo com o programa POLIS. Ficou também combinado que em breve iriam limpar as algas e as ervas, num acordo entre o Ministério do Ambiente e a Câmara e que no mês de Abril contavam começar essa intervenção de limpeza. ---

----- Informou ainda que estava a decorrer a limpeza das valas, que advinha da parceria entre a Câmara Municipal e a ARH.-----

----- Autorizado a intervir usou da palavra o **Sr. Vereador Manuel Martins**, relativamente ao Centro de Partilha do Seixo, disse que em tempos tinha havido um acordo para que o centro de Partilha permanecesse nas antigas escolas. Informou que tinham sido abordados pelo director do Executivo dos ACES do Baixo Mondego, Dr. Carlos Ordens, que tinha ligado para agendar uma reunião juntamente com a Junta de Freguesia na perspectiva de melhorar a acessibilidade e as condições de trabalho dos médicos na extensão de saúde no Seixo. Disse que na última conversa que tinham tido com a Junta de Freguesia tinha surgido a hipótese de momentaneamente e para resolver o problema, no primeiro andar da Junta de Freguesia ser o Centro de Partilha, até se arranjar outro local. No momento a Câmara Municipal desejava que o Centro de Partilha existisse e que nos tempos que corriam era uma mais-valia e era importante que o mesmo não desaparecesse.-----

----- O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** interveio e teceu alguns comentários acerca dos acontecimentos ocorridos na assembleia até ao momento, considerou que era necessário haver serenidade no debate político. Considerou elevadas as intervenções do líder da bancada do PSD e a resposta do Presidente da Câmara, nos estritos termos em que as fizeram.-----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O **Sr. deputado José Frade (PSD)** fez uma interpelação à mesa e disse que estava provado que com a entrada em vigor do novo regimento havia algumas dificuldades, deixando a sugestão que fosse instalado à vista de todos um relógio ou um diapositivo electrónico (comandado pela mesa) para todos controlarem o tempo de intervenção. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informou que nos referidos termos, a mesa tinha de “pedir” uma moção de confiança. -----

----- **PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”** -----

----- **PONTO UM: Apreciação do relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea e) do n.º 1, do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro** -----

----- Usou da palavra, o **Sr. Vereador Manuel Martins**, em representação do Executivo, fazendo referência ao relatório, disse que vinha detalha a informação dos serviços nos vários departamentos o que tinha sido feito. Falou essencialmente na situação financeira que estava relacionada com o endividamento elevado e as dificuldades de tesouraria. Informou que o orçamento de 2011 tinha vindo reforçar os constrangimentos e medidas de consolidação orçamental, aprovadas pelo PEC, apresentando limites de endividamento para 2011, restringindo-se esse endividamento a 30 de Setembro de 2010. Informou, prever-se uma redução do endividamento ao longo do primeiro semestre para 2011 em cerca de 1milhão e meio de euros, com a aprovação da candidatura do Saneamento de Águas Residuais do Município - primeira fase, que estava em execução e a reprogramação financeira do Pólo Educativo da zona Sul, a entrada do IMI e a cooperação técnica e financeira resultante do contrato programa do parque de campismo municipal, rondando à volta de 1milhão e meio de euros. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Relativamente às taxas de execução, considerou não serem muito relevantes dado terem apenas decorrido dois meses após a aprovação do orçamento. Mais informou que o endividamento líquido se encontrava por volta dos 5.610.029,28€ e a dívida a longo prazo (os empréstimos) era 3.174.837,02€. -----

----- Usou da palavra o **Sr. deputado José Garrucho (MAR)**, e disse que não era de espantar que a situação do Município revelasse um nível de endividamento elevado e apresentasse dificuldades de tesouraria. Disse que o que sempre havia dito em relação aos dois últimos orçamentos em que tiveram oportunidade de participar na discussão é de que os orçamentos não correspondiam a uma real situação do Município, nem da situação económicas em que se moviam e que nem era obviamente (e em particular este último) um orçamento para enfrentar a crise. A prova de que não era, estava presente e o próprio Executivo lhes estava a dar razão. -----

----- Perguntou por fim como é que o Executivo pensava gerir o endividamento da Autarquia, como pensava reestruturar o funcionamento da Autarquia, racionalizar os custos e suprir as falhas orçamentais que iam acontecer. -----

----- Relativamente ao Gabinete Integrado de Atendimento ao Município, disse que era importante que a estratégia de integração e funcionalidade, característica essencial do gabinete único, fosse desenvolvida aos limites da possibilidade da própria Câmara Municipal. -----

----- No uso da palavra o **Sr. deputado José Frade (PSD)**, disse em nome da bancada do partido social-democrata e em forma de protesto, que não fariam mais qualquer intervenção na Assembleia, relativamente à ordem de trabalhos. -----

----- No sentido de responder às questões colocadas anteriormente, usou da palavra o **Sr. Vereador Manuel Martins**, que começou por se reportar à intervenção do Sr. deputado José Garrucho. -----





**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Disse que relativamente ao endividamento, o mesmo apesar de ainda ser elevado tem vindo a baixar. Em 2010 o endividamento era de 6.224.000,00€ e à data tinham um endividamento 5.610.000,00€, sendo que apesar de todas as dificuldades tem vindo a haver um esforço para o baixar.-----

----- Relativamente ao serviço de Atendimento ao Município, informou que o mesmo tinha sido criado já em Janeiro de 2010 para os munícipes resolverem todos os seus problemas e que o horário do mesmo tinha sido alterado, passando das 15h de fecho para as 16h.-----

----- O **Sr. deputado José Garrucho (MAR)** interveio novamente, e voltou a questionar o Executivo, sobre quais as medidas que o Executivo iria tomar para gerir o endividamento no futuro e reestruturar o endividamento.-----

----- O **Sr. deputado Coquim (PS)** interveio referindo-se ao relatório que tinha sido enviado pelos serviços que apresentavam algo novo, nomeadamente o relato das actividades desenvolvidas, pedidos e respostas que estavam a ser tratados por parte dos serviços municipais quanto a obras particulares. Registou com agrado o “*reporte*” que estava a ser dado, pois era interessante ver o desenvolvimento e observar com números o desempenho dos serviços. Sugeriu ainda que fosse introduzido um novo elemento, ou seja, o tempo de resposta aos pedidos, considerando ser um bom indicador da eficiência dos serviços.-----

----- O **Sr. Vereador Manuel Martins** usou da palavra e referindo-se à questão colocada pelo Sr. Deputado José Garrucho, disse que ao falar-se no limiar do endividamento, a partir daí tinha de haver sempre cortes tanto na despesa como no investimento de obras e equipamentos, assim como nas despesas correntes da autarquia. O tal estava a ser feito, não havendo dinheiro não poderiam passar o limiar do endividamento, tendo assim que apostar nas obras essenciais que no momento era o saneamento básico no Concelho.-----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Ainda, no uso da palavra o **Sr. deputado José Garrucho (MAR)** fez um apelo aos “directórios partidários” do município, que se deixassem de “entreténs” e se dedicassem às coisas, à “*praxis*”, às coisas públicas e que ganhassem “razões que valham a pena”. -----

-----**PONTO DOIS: Tomada de conhecimento do Relatório da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Mira, referente ao ano de 2010, nos termos da alínea h), do artº. 18º., da Lei nº. 147/99, de 01 de Setembro.** -----

----- No sentido de esclarecer o referido ponto, interveio o **Sr. Vereador Manuel Martins,** informando que o relatório dava conhecimento da identificação, constituição, composição, funcionamento, etc. da CPCJ. -----

----- Informou ainda que no ano de 2010 tinham sido instaurados 18 processos, reabertos 9, transitaram 61 e tinham sido arquivados 23. O total de processos activos no momento era cerca de 65. Informou ainda que era possível ver no relatório o escalonamento por idades. -----

----- Interveio de seguida o **Sr. deputado José Garrucho (MAR),** começou por sublinhar o trabalho desenvolvido pela CPCJ de Mira, assim como o trabalho desempenhado no sentido de suprir as dificuldades que as crianças e jovens enfrentam. -----

----- Disse que era muito importante haver mecanismos, meios e formas de monitorizar o funcionamento das comunidades, para se ter acesso rápido e se poder responder com celeridade às dificuldades, como em casos de negligência, por exemplo. -----

----- Disse ainda que era importante agilizar todos os processos para que não houvesse nenhum tipo de impedimento ou falha imputável à CPCJ. -----

----- Interveio o **Sr. deputado Coquim (PS)** disse que através da análise do relatório conseguiam ir ao mais pequeno problema e que estava tratado de uma forma bastante exaustiva, permitindo uma boa análise e tomar as medidas próprias. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Uma outra questão que colocou foi acerca da interligação com outras entidades que podiam de alguma forma ser também intervenientes nesta temática, referindo-se à Cercimira. Referiu-se ainda à Obra do Frei Gil, mesmo sendo instituições que tem meios próprios para resolver os seus problemas. -----

----- O **Sr. Vereador Manuel Martins** disse que o relatório também servia para alertar outras entidades e cidadãos em geral das necessidades de protecção aos jovens e crianças em risco. Disse que era importante sinalizar, e a sinalização não era só da escola, tinha de ser de todos os cidadãos. Informou que tinham feito o diagnóstico social e que tinha sido apresentado um regulamento de acção social para os apoios à habitação e a estratos sociais desfavorecidos. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (nos termos do n.º6, art. 84º da Lei 169/99 de 18 de Setembro na redacção da Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro)** -----

----- Usou da palavra o munícipe Sr. João Milheiro, falou do Parque Infantil da Praia de Mira, onde disse que as instalações do mesmo, junto das bombas de gasolina que estavam numa zona potencialmente perigosa. Chamou a atenção da Assembleia dado as suas competências que constam no art.10 nº1 g) do Regimento da Assembleia Municipal, para até que ponto o Parque Infantil instalado naquelas condições não estava a violar a própria legislação em geral e a Constituição da República em particular. -----

----- Disse que eram membros da Assembleia vários professores, médicos, etc., e era com imensa pena que constatava que o assunto do parque infantil não tinha causado a “urticária” que devia ter causado. Disse que estranhava a pouca preocupação com o facto de terem um parque infantil instalado junto a depósitos de gasolina. -----

----- Ainda sobre a petição que tinha sido discutida em Assembleia Municipal em 31 de Junho de 2010, apresentou correcções à mesma, enumerando-as. -----



**MUNICÍPIO DE MIRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Por último dirigiu-se ao Sr. Presidente da Câmara dizendo que o mesmo tinha um caderno eleitoral que era para cumprir. -----

----- O **Sr. Secretário Coquim** em representação do Presidente de Assembleia Municipal, em resposta ao munícipe João Milheiro, disse que a petição tinha sido recebida pela Assembleia e tinha sido encaminhada. A mesma tinha decidido entregar o assunto à Câmara com uma recomendação, de executar a pretensão de acordo com a disponibilidade financeira e de acordo com as prioridades da própria Câmara. -----

----- Ainda relativamente ao Parque infantil, informou que a questão tinha sido abordada diversas vezes e que tinham recebido a informação na última sessão de Assembleia que a obra era legal. -----

----- **ENCERRAMENTO:**-----

----- E não havendo mais nada a tratar, pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal foi declarada encerrada a sessão, sendo dezoito horas e trinta minutos, da qual para constar, se lavrou a presente acta, em que as respectivas deliberações foram todas tomadas conforme se refere no texto e aprovadas em minuta, assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do artº. 92.º da Lei 169/99, de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro.-----

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_